

Conselbo das Comunidades Portuguesas Austrália e Outros Países da Oceânia

Secção Regional da Asia e Oceania

.

Comunicado

O Conselho Regional da Asía e Oceania do CCP, reunido em Sydney nos dias 26, 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março, decidiu incluir nas conclusões dos seus trabalhos, as seguintes moções e recomendações.

- 1 Congratular-se pela decisão que deu como infundamentada a queixa apresentada por alguns membros do CCP, que visava pôr em causa a legalidade da eleição do Conselho Permanente, no plenário de Setembro de 1997.
- 2 Aprovar um voto de conflança ao Conselho Permanente, pelo desenvolvimento dos seus trabalhos e o apego que tem demonstrado na defesa dos interesses das Comunidades Portugüesas.
- 3 Congratular-se pela aprovação do Orçamento do CCP para o ano de 1999
- 4 Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Conselheiro do CCP, pela Venezuela, José Manuel Ribeiro.
- 5 Solidarizar-se com a Secção Local da Austrália e Oceania, na pessoa do Conselheiro António Sampaio, e através dele, com todos os portugueses ali residentes, sobre o acordo social Portugal-Austrália, formulando desejos para que o governo português atenda aos seus anseios e à legitimidade das suas posições.
- 6 Instar todos os partidos políticos, com assento na Assembleia da República, bem como o governo e, multo principalmente, os deputados pela Emigração, a darem andamento, em forma de propostas de lei, às várias recomendações deixadas no plenário do CCP de 1997 e já alvo de reforço e clarificação, por parte da Comissão de Ligação e Acompanhamento do Conselho Permanente.
- 7 Recomendar à Assembleia da República a aprovação urgente das propostas relativas à revisão do IA para a Importação de veículos automóveis pelos emigrantes e sobre a revisão da Lei de Nacionalidade.

.../...





Conselbo das Comunidades Portuguesas Austrália e Outros Palses da Oceânia

.../...

- 8 Instar a SECP a iniciar um novo processo de aproximação à Juventude portuguesa das comunidades, organizando, conjuntamente com a Secretaria de Estado da Juventude e o CCP, um plano de trabalho que permita reconquistar uma franja tão importante para o próprio futuro das Comunidades Portuguesas
- 9 Solicitar à SECP que, conjuntamente com os postos consulares e o CCP, se inicie uma campanha de sensibilização para o recenseamento dos portugueses não residentes.
- 10 Recomendar que seja aumentado o número de deputados da emigração, principalmente para o Círculo Fora da Europa (actualmente de 2), aumentando-o para:

Europa - 2; América do Norte - 2; América Central e do Sul - 2; Africa - 2; Asla e Oceania - 2

- 11 Recomendar que a Assembleia da República dedique, pelo menos, 2 dias em cada ano, destinados à análise e discussão dos problemas referentes à problemática da emigração.
- 12 Congratular-se pelo últimos desenvolvimentos concernes ao futuro de Timor-Leste, formulando votos para que todas as partes envolvidas saibam encontrar a plataforma de entendimento necessária para que, definitivamente, o povo de Timor possa viver em paz e harmonia, chamando pátria à terra que amam e por que tanto têm lutado. Formula ainda um voto de louvor e confiança pelo papel desempenhado pelo estado português neste assunto, convidando-o ainda a não se eximir às responsabilidades acrescidas que lhe advêm da sua especial e natural ligação a Timor.

Sydney, 1 de Março de 1999



X B



Conselho das Comunidades Portuguesas

Secção Regional América Central e América do Sul

(Lei 48/96 da Assembléia da República Portuguesa)

CONCLUSÕES

O Conselho das Comunidades Portuguesas, Secção Regional da América Central e do Sul, reunido no Rio de Janeiro, nos días 19 e 20 de junho de 1998, após a devida discuseão elaborou as seguintes conclusões:

- 1. Aprovar a elaboração de um projeto de pesquisa demográfica de emigração lusa no Brasil
- 2. A constituição de um grupo de trabalho, no que tango ao estudo e ao tratamento legal da nacionalidado e reciprocidade de direitos, no Brasil e em Portugal
- Apoiar a unidade institucional existente e de atuação do Conselho em ações conjuntas e cenvergêntos, destacando-se sempre a detesa do imigrante
- 4, Intensificar os contatos com o Gabinete de Ligação da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, para que esta mantenha o Conselho informado sobre as recomendações e moções formuladas no Encontro Mundial de setembro de 9/, na Assembléia da República
- 5. Divulgar as sugestões já acolhidas pelo Estado Português e que foram objeto de recomendação pelo Conselho Perma-
 - 6 Apoiar todas as salutores inicialivas desportivas e culturals que integrem os luso-descendentes
- 7. Incentivar a integração comunitária, regional e cultural entre os luso-descendentes, na América Central e do Sul, tendo em conta a proximidade física e a identidade cultural
- 8. Intensificar a elaboração de dossiê que trace um perfil institucional e dossiê específico regional, tendo em conta as peculiaridades próprias do bloco centro e sul americano
- 9. Manifestar apreensão, em relação ao tratamento dado à reciprocidade de direitos pela República Portuguesa, rogando aos ilustres integrantes da Assembléia da República, a revisão extraordinária do texto constitucional
- 10. Enviar oficio à TAP Air Portugal, no sentido do reexame das elevadas tanfas praticadas para as Américas Central e do Sul
 - Aprovar projeto de constituição de biblioteca pública portuguesa na República do Uruguai
- 12. Desagravar publicamente os Conselheiros Artur dos Santos Pereira, Bernardino Alves dos Reis e Antonio Soares Calcada, bem como os Srs. Albano da Rocha Ferreira, Henrique Loureiro Monteiro, Dr. Antonio Gomes da Costa e Sr. Finesto Pires de Boaventura, em faço das ofensas de que foram vitimas
 - 13. Recomendar às instituições que deem tratamento de dignidade uos Srs. Conselheiros
 - 14. Lamentar a ausência de Conselheiros da Venezuela
 - 15. Reiterar a ampliação do número de deputados eleitos pela emigração à Assembléia da República
 - Apoiar a integração dos Conselheiros nas festividades relativas aos 500 Anos dos Descobrimentos, na América do Sul
 - 17. Solicitar apolo para os carenciados à União das Misericórdias Portuguesas
 - 18. Agradecer à 4º Centenário Indústria e Comércio, pelo apoio dado a esta reunião, com a confecção do material de apoio
- 19. Aumentar o intercambio entre o Brasil e Portugal, de jovens luso-descendentes, com viagens subsidiadas, promoção de cursos de Lingua é Hislótia Portuguesa
- 20. Criar um fundo de preservação cultural para recuperar e manter o vasto patrimônio criado pelos portugueses ao longo dos séculos, composto por igrejas, conventos, monumentos e outras obras em prol da preservação da cultura portuguesa no mundo.
 - 21. Apresentar mação de solidadedade, no suntido da paz, ao povo da Guine-Bissau
- 22. Voto de solidariedade com o povo de Timor-Leste, vítima de genocídio pela Indonésia, com a libertação de Xanana
- 23. Apoiar moção de agradecimento ao Dr Antonio Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portugue
- sas e Luso-Brasileiras pelo uso das instalações desta casa
- 24. Mostra itinerante de cinema português na Venezuela, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, além de outros paises da América Latina

Séde e contactos provisórios:

Conselho das Comunidades Portuguesas da Suíça

Acta de Reunião 22 de Abril de 1998 Embaixada de Portugal / Berna

Presentes os conselheiros: Manuel de Melo, José Ferreira, Manuel Beja

Ordem de Trabalhos

- I Organização
- 2 Orcamento
- 3 Actividades
- 4 Diversos

I- Organização

- Foi discutido e aprovado um regulamento que define as regras de funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas da Suíça.
- O secretrariado do CCPS fica composto da seguinte forma: Manuel Beja, coordenador, José Ferreira, secretário, Manuel de Melo, garante a ligação do CCPS ao Conselho Permanente.
- No sentido de tornar o CCPS um orgão funcional foi aprovada uma recomendação, a enviar à Secretaria de Estado da Emigração, no sentido de serem facilitados apoios às Comissões locais do CCP por parte das Embaixadas Portuguesas.
- M.Beja entrará em contacto com o Senhor Embaixador de Portugal com o objectivo de expor a opinião do CCPS acerca desses possiveis apoios: domicílio postal do CCPS, sala de reuniões e apoios de um funcionário com funções semelhantes às do Gabinete de Ligação que funciona junto da Direcção Geral dos Assuntos Consulares.

2 - Orçamento

Foi aprovado o orçamento para o funcionamento do CCPS durante o ano de 1998. O orçamento para 1999 será discutido na próxima reunião.

3 - Actividades

Considera-se como prioritário para 1998 as seguintes actividades:

- a) Reunião sobre formação profissional
- b) Forum em Zurique sobre o movimento associativo
- c) Conferência de imprensa do CCPS no próximo Outono

4 - Diversos

Foi decidida a elaboração de um comunicado dando a conhecer a realização desta reunião do CCPS e dos assuntos nela tratados. Os conselheiros tomaram conhecimento da redução dos abonos de familia no Cantão de St. Gallen e decidiram elaborar uma moção de solidariedade para com a comunidade portuguesa a ser apresentada numa assembleia a realizar na A.P. de St. Gallen.

Berna, 22 de Abril de 1998

Os conselheiros

Mamuel Melo José Ferreira Manuel Beja

RECOMENDAÇÃO

de 22 de Abril de 1998

relativamente ao apolo de funcionamento das Secções locais e regionais do CCP, por parte das Embaixadas portuguesas.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NA SUÍCA

atendendo à necessidade de uma boa articulação entre as estruturas locais e regionais do CCP com o respectivo Conselho Permanente,

considerando a necessidade das referidas estruturas do CCP constituirem o seu domicilio postal,

RECOMENDA

que a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas instrua as embaixadas de Portugal, para que estas indiquem um seu funcionário que ficará responsável pela ligação com a respectiva estrutura local do CCP — com funções idênticas às do Gabinete de Ligação que funciona junto da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares — e autorize a constituição de morada postal nas nossas embaixadas por parte das secções locais e regionais do CCP.

OS CONSELHEIROS Manuel Beja Manuel de Melo José Ferreira



Comunicado

Em reunião recentemente realizada na Embaixada de Portugal, em Berna os conselheiros eleitos para o Conselho das Comunidades Portuguesas aprovaram as formas de funcionamento da secção local do CCP, o orçamento para 1998 e analisaram os objectivos e estratégias de intervenção na defesa dos portugueses residentes na Suíça. A reunião decorreu em clima de diálogo e participação interveniente, dando garantías de conflança e de determinação na concretização de um projecto que dignifica as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Foram clarificadas as regras gerais do funcionamento da secção local, revendo as responsabilidades futuras dos conselheiros, tendo como base as orientações emanadas pelo plenário do CCP realizado em Lisboa, em Setembro, do passado ano: coordenador da secção local, Manuel Beja, secretário José Ferreira e Manuel Melo membro do conselho permanente.

Vai ser enviada à secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas uma recomendação respeitante ao apoio ao funcionamento das secções locais e regionais do CCP por parte das embaixadas portuguesas, à semelhança das funções que estão atribuldas ao gabinete de ligação do CCP junto da Direcção Geral dos Assuntos Consulares.

Como temas centrais do plano de actividades para o corrente ano salientamos a realização de duas conferências, uma sobre formação profissional que terá lugar antes da reunião da Comissão Luso-Suíça para questões de formação profissional, a realizar no mês de Junho em Lisboa, e sobre o possivel acordo entre a Suíça e a União Europeia e as seus reflexos junto dos portugueses résidentes na Suíça. De igual modo, a evolução da complexa situação actual das organizações não governamentais portuguesas em território helvético será tema de um Forum a realizar no próximo Outono.

Os conselheiros mostram-se preocupados com o agravamento da situação laboral, social e política na Suíça, de que estão a ser vítimas os trabalhadores estrangeiros e que está na origem do regressso a Portugal de muitos milhares de emigrantes, com o índice elevado dos portugueses no desemprego e com as restrições aplicadas pelos os seguros sociais que criam enormes dificuldades aos nossos compatriotas. Por outro lado condenam a decisão do Parlamento Cantonal de St.Gallen na redução dos abonos de familia destinados aos filhos dos emigrantes com residência em Portugal, afectando muito particularmente as famillas dos trabalhadores temporários. Os portugueses do Cantão de St. Gallen podem contar com a solidariedade do CCP-Suíça e também com a sua intervenção combativa junto das autoridades portuguesas e suíças.

A secção local do CCP lança um apelo ao recenseamento dos cidadãos portugueses residentes na Suiça. Até ao dia 31 de Maio podem recensear-se junto dos consulados de Berna, Genebra e Zurique e no escritório consular em Sion para que futuramente possam estar em condições de votar nas eleições que se aproximam.

Berna, 24 Abril de 1998

Secção local CCP-Suíça



(;

A secção do Conselho das Comunidades Portuguesas na Suíça saúda a Comunidade Portuguesa residente no Cantão de St. Gallen e comunica que fará as diligências necessárias junto das autoridades portuguesas e suíças no sentido de que as medidas discriminatórias, que afectam os portugueses e outros grupos de estrangeiros, tomadas pelo Parlamento cantonal sejam levantadas.

Consideramos inaceitável não só a divisão dos abonos de família por grupos nacionais correspondendo a escalões, com valores diferentes, ligada a uma teoria de países ricos e pobres; como consideramos ainda grave que Portugal membro da União Europeia seja colocado em grupos inferiores aos da maioria dos seus parceiros europeus.

Esta situação, em vigor desde I de Janeiro de 1997, alerta-nos igualmente para os rumores de redução de outros subsidios sociais obedecendo às normas discriminatórias encontradas pelo Cantão de St. Gallen, facto que merece a nossa total reprovação.

O CCP-Suíça está solidário com as forças sindicais e associativas empenhadas na luta para que os direitos sociais dos cidadãos sejam para todos iguais.

24 de Abril de 1998

CCP - Suiça

José Ferreira Manuel de Melo Manuel Beja

Conselho das Comunidades Portuguesas da Suíça

Acta de Reunião 10 de Janeiro de 1999 Berna

Presentes os conselheiros; Manuel de Melo e Manuel Beja O conselheiro José Ferreira esteve ausente, por motivo de doença

Ordem de Trabalhos

l Colòquio sobre o ensino

2 - Actividades 1999

3 - Comunicado

I- Colóquio sobre o ensino

O colóquio organizado pelo CCPS, na cidade de Berna, no dia 22 de Novembro de 1999, sobre "O papel das Associações de Pais no Sistema do Ensino do Português no Estrangeiro", contou com a presença de mais de centena e meia de participantes, representando as comissões de pais, professores, responsáveis do ensino da língua e cultura portuguesa na Suíça, conselheiro social da Embaixada de Portugal, Dr. José Coelho e o Dr. Pedro Alves Machado, Embaixador de Portugal. Este colóquio foi considerado por todos os presentes como muito positivo.

- Foi decidido publicar uma pequena brochura com os materiais divulgados no colóquio. M. Beja fará um resumo dos discursos que se encontram registados. M. Melo dará seguimento à publicação que será enviuda aos participantes do colóquio, a todas as comissões de pais, professores, entidades oficiais competentes e ao CPCP.

- Foi considerada importante a realização de um encontro com a coordenadora do ensino, Dra. Madalena Silva, com o fim de se estudar o sistema a aplicar no sentido de dar seguimento às propostas discutidas no Colóquio de Berna, tais como a possível constituição de um Conselho Escolar Português na Suíça.

2 - Actividades para 1999

A próxima actividade "O impacto do Euro nas remessas dos emigrantes" prevista para os fins de Fevereiro foi adiada para o fim de semana 13 e 14 de Março, nas cidades de Zurique e Genebra. M.Melo contacta a Casa do Benfica, em Genebra e M.Beja a Associação Portuguesa de Zurique, locais escolhidos para esta actividade. M.Melo entrará em contacto com a comissão do Euro em Lisboa.

- O CCPS aprovou a realização de um ciclo de contactos com o movimento associativo no decorrer de 1999. O primeiro destes encontros terá lugar em Maio, na cidade de Sion.
- Foi também aprovada a realização no próximo Outono da I° Convenção dos portugueses residentes na Suíça. Esta questão será discutida na próxima reunião do CCPS.
- Tendo em conta a realização das eleições legislativas em Portugal e a necessidade do reforço do recenseamento eleitoral junto dos portugueses emigrantes, o CCPS irá contactar os chefes dos postos consulares.

3 - Comunicado

Foi acordada a elaboração de um comunicado a enviar à comunicação social contendo as questões discutidas e aprovadas na reunião:

- Saudar o fim das negociações bilaterais entre a Suíça e a União Europeia. Saudar a campanha de sensibilização a favor da formação profissional.
- Apelar ao recenseamento eleitoral. Divulgar as próximas actividades do CCPS.

Berna, 6 de Janeiro de 1999 Os conselheiros Mamuel Melo Manuel Beja

CCPS - Conselho das Comunidades Portuguesas da Suíça

<u>Comunicado</u>

I - O Conselho das Comunidades Portuguesas da Suíça na sua primeira reunião de 1999, realizada na cidade de Berna, avaliou os acordos concluidos entre a Suíça e a União Europeia, regozijando-se pelo final das negociações bilaterais e espera que com a entrada em vigor do acordo, provavelmente dentro de dois anos, se porá fim a uma situação de crise interna com os seus reflexos negativos junto dos emigrantes. A livre circulação de pessoas entre a Suíça e a União Europeia representa também uma oportunidade para os portugueses residentes em território helvético.

O CCPS alerta as autoridades portuguesas para a necessidade de darem a conhecer à Comunidade Portuguesa, os aspectos mals significativos do acordo da livre circulação de pessoas e as correspondentes medidas ligadas ao funcionamento futuro do sistema de

segurança social.

- 2 O CCPS apoia a campanha de sensibilização a favor da formação profissional dos trabalhadores portugueses, promovida pelas autoridades sulças e portuguesas. A formação é um desafio que a comunidade não pode perder.
- 3 Este ano de 1999 com a realização de eleições legislativas em Portugal revela-se de particular importância para as comunidades portuguesas no estrangeiro, pela oportunidade que lhes é dada de poderem afirmar os seus plenos direitos de cidadania. Nesta conformidade apela-se ao portugueses residentes na Suíça para que junto-dos postos consulares da sua àrea de residência se inscrevam nos cadernos eleitorais e actualizem as suas moradas.

Ainda neste âmbito o CCPS vai intervir junto dos responsáveis dos postos consulares na Suíça com o objectivo de uma maior sensibilização e dinamização do processo de recenseamento eleitoral, por parte das autoridades oficiais.

- 4 No círculo das actividades previstas para o corrente ano, o Conselho das Comunidades vai realizar, nos dias 27 e 28 de Fevereiro, nas cidades de Zurique e Genebra respectivamente, um colóquio subordinado ao tema: "O impacto do Euro nas remessas dos emigrantes ".
- -Ainda no quadro das actividades a desenvolver pelo CCP Suíça, dar-se-à ínicio a um ciclo de contactos com o Movimento Associativo com a finalidade de se analizar e reflectir sobre a organização e o futuro deste. Este ciclo terá o seu arranque no próximo mês de Maio no Cantão do Valais
- Os Conselheiros pela Suíça consideram de primordial importância para os emigrantes portugueses a realização de um encontro a nível nacional que funcione como pólo agregador dos diversos sectores da comunidade. Assim sendo, foi decidida a realização no próximo Outono, da 1º Convenção dos portugueses residentes na Suíça. Para isso, o CCPS vai constituir uma comissão órganizadora participada por elementos representativos de todos os quadrantes de vida da comunidade (política, associativa, social, cultura, informação, sector empresarial, etc.)

5 - O Conselho das Comunidades portuguesas na Suíça aproveita a oportunidade para saudar a Comunidade portuguesa, as suas organizações e todos os emigrantes desejando um Ano de 1999 plero de felicidade e de sucessos.

Berna II de Fevereiro de 1999

CCP Manuel Beja Coordenador da secção local da Suíça

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO CANADÁ

ENSINO, CULTURA E JUYENTUDE

PLENÁRIO DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS LISBOA, 8 DE SETEMBRO DE 1997

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO CANADA

COMITÉ DO ENSINO, CULTURA E JUYENTUDE

INTRODUÇÃO-FRACO APROVEITAMENTO ESCOLAR

A função primordial de todo o sistema educacional hodierno é dotar os seus jovens com as capacidades académicas, sociais e intelectuais que lhes permitam singrar na sociedade de que são parte integrante e

A comunidade portuguesa, como parcela significativa da sociedade canadiana, não parece, contudo, desfrutar, muito menos potenciar, dos benefícios do sistema de educação da nossa terra adoptiva.

Vários estudos e pesquisas levadas a efeito por organizações canadianas, mais recentemente pela Direcção Escolar de Toronto, concluiem que os estudantes de origem portuguesa são, conjuntamente com os de origem Negra, os que têm êxito escolar mais diminuto, os que menos ambições académicas possuem e os que, quantitativamente, menos frequentam os estabelecimentos de Ensino Superior.

CAUSAS

Entre os causativos mais significantes, salientam-se:

- A preocupação primária de muitas famílias portuguesas é de índole económica: pagar a hipoteca e "ganhar a vida"; muitas vezes os filhos sentem-se isolados e sós, porque os pais estão sempre a trabalhar ou estão muito cansados;
- Desconhecimento de como funciona o sistema de educação
- Falta de envolvimento no sistem escolar e excesso de confiança nesse mesmo sistema: "eles é que sabem como devem fazer";
- As forças de mercado capitalista e de consumo induzem os jovens a envolverem-se no mundo do trabalho e tornarem-se consumidores prematuramente em desfavor da sua formação académica;

- O grau de habilitações literárias de muitos portugueses é reduzido, não lhes permitindo ajudar os filhos em casa nos seus trabalhos escolares;
- Falta de comunicação e disparidade de valores sócio-económicoculturais (generation gap) entre pais e filhos;
- Muitas escolas não estão preparadas para servir os jovens oriundos da classe trabalhadora;
- Muitas esculas ignoram o desejo dos pais no concernente a uma educação mais formal e a uma disciplina mais rigorosa.
 Esta situação é deveras alarmante, constituindo o maior problema que afecta a nossa juventude e a nossa comunidade e ameaça a própria identidade do luso-canadiano.

SUGESTÕES

Algumas louváveis iniciativas e projectos-piloto foram já implementados pelo sistema educational de Toronto. Todavia, é imperioso que nós, comunidade e Governo Português, tomemos uma acção mais dilatada e englobante. Propomos:

- Defender os interesses dos estudantes lusófonos junto das direcções escolares locais e diversos níveis de governo. A participação no sistema político local é fulcral e deve ser promovida e apoiada por todos os meios ao nosso alcance;
- Educar a comunidade para melhor apoiar a educação dos seus filhos.

 Para o efeito requere-se que:
 - a) seja iniciada uma campanha educativa a todos os níveis da Comunicação Social de expressão portuguesa e subsidiada pelo Governo Português;
 - b) se patrocinem as organizações não-governamentais a desenvolverem iniciativas de carácter educacional;
 - c) se motivem as associações de pais a melhorar o seu envolvimento no sistema educacional. A nova lei sobre educação no Ontário que requer a participação de comités de pais deve ser sobremaneira aproveitada pelos luso-canadianos para uma participação mais activa e influente.
- Encorajar os profissionais, académicos e empresários de origem lusa a visitarem e participarem na vida escolar como modelos (role models);
- Encorajar os jovens e demais comunidade no sector laboral a acompanhar a evolução da nova economia canadiana, tentando melhorar as suas aptidões com cursos, reciclagem, etc.;

X

×

- Criar bolsas de estudo substanciais e motivantes e que promovam excelência académica;
- Ffectuar o ensino da Língua Portuguesa como "meio de ensino" e não como fim em si. O currículo deve reflectir o currículo canadiano.
 Esta medida não só ajudará o estudante a aprender a Língua
 Portuguesa como o auxiliará no aproveitamento da escola regular

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No Canadá, o ensino da Língua e Cultura Portuguesas é administrado por direcções escolares canadianas, por organizações nãogovernamentais e por indivíduos.

Teremos que reconhecer o esforço e entusiasmo de algumas das organizações não-governamentais que iniciaram e prosseguem zeladamente na sua missão de ensinar e difundir a Língua e Cultura Portuguesas.

Teremos também que condenar o aspecto estritamente mercantilista de alguns que usam o ensino da Língua-Mãe como uma actividade económica para exclusivo proveito material.

X

×

Mas teremos outrossim que louvar e enaltecer a prestação das diversas direcções escolares e ministérios de educação canadianos. De facto, orgulhosos como cidadãos canadianos, mas envergonhados como cidadãos portugueses, constatamos que os diversos níveis de governamento canadianos têm feito mais pelo ensino da Língua e Cultura Prtuguesas no Canadá que o próprio governo lusitano. Eles pagam os professores e administradores, desenvolvem currículo, fazem reciclagem ao corpo docente, fornecem local, apoio e material didáctico e em muitos casos incluem o ensino do Português no horário regular da escola.

Perante uma conjuntura tao propícia, e embora reconhecendo as limitações económicas do País-Pai, é inexplicável, inaceitável e incriminante a demissão do Governo Português das suas responsabilidades e a sua inércia de lesa-Língua e Cultura Portuguesas.

Propôe-se:

1. CORPO DOCENTE

 Que a selecção do corpo docente seja criteriosamente rigorosa. Só os devidamente credenciados sejam admitidos;

- Que sejam dignamente remunerados pelo Governo Português e usufruau desa mesmas regalias dos seus colegas em Portugal, incluindo tempo contado para efeitos de senioridade e reforma;
- Que sejam administrados cursos de reciclagem por peritos reconhecidos e com frequência obrigatória.

2.CURRICULUM

- Que se faça uma revisão completa por elementos qualificados portugueses e canadianos de forma a que:
 - a) o currículo reflicta as experiências do aluno no país em que reside;
 - b) seja coordenado com o currículo da escola regular do país adoptivo. Usar-se-á o ensino da Língua Portuguesa como um meio de aprendizagem que contribua para uma melhor integração e excelência do aluno no sistema canadiano.
- Que se faça o devido acompanhamento por técnicos e que se efectuem pesquisas contínuas para avaliar do aproveitamento pelo aluno.

3. APOIO E MATERIAL DIDÁCTICO

Que o Governo Português forneça ou patrocine o fornecimento de todo o apoio e indispensável material didáctico e, se possível, electrónico.

4.COORDENAÇÃO

Que se institua um órgão que coordene todos os agentes de ensino de Português existentes na comunidade e programas administrados pelos vários ministérios de educação canadianos.

Este órgão incluirá:

- a) representante/s do Governo Português
- b) representante/s do corpo docente
- c) representante/s dos pais
- d) representante/s dos alunos

Terá como principais funções:

- 1- coordenação e duração de horários;
- 2- superintendência e implementação de currículo;
- z- selecção/aprovação dos professores
- 4- promoção dos cursos de reciclagem;
- 5- aprovação dos locais de ensino;
- 6- cooperação com outros agentes envolvidos no ensino em geral, incluindo representantes nas comissões de Línguas de Origem/Modernas/Internacionais das direcções escolares etc..

5. FINANCIAMENTO

O ensino gratuito da sua própria língua é um direito inalienável de todo o cidadão português.

Consequentemente, o Governo Português custeará todos os encargos inerentes a tal actividade, tais como professores, materiais, etc..

6. LOCAIS DE ENSINO

Infelizmente e esperemos que nunca tràgicamente o ensino de Português em algums casos é exercido em caves "basements" e outros locais menos apropriados e até de perigo iminente para a integridade física dos alumos.

¥

Que tal prática seja imediatamente abolida e expressamente proibida no futuro, sob pena de total não reconhecimento da sua validade, apoio e financiamento.

7. ENSINO SECUNDÁRIO E UNIVERSITÁRIO

Que, através de acordos com os governos provinciais e/ou federal canadiano, se apoie o ensino de Portugués a nível secundário e universitário através de participação em:

- a) desenvolvimento e implementação do currículo;
- b) contratação e aperfeicoamento dos professores;
- c) institucionalização de Departamentos de Português nas principais universidades.

8. ENVOLVIMENTO DOS PAIS

- a) Que em cada estabelecimento de ensino se institua uma comissão de pais com direito a participação nos assuntos do ensino da Língua e Cultura Portuguesas;
- b) Que os pais sejam motivados a falarem Português em casa com os seus filhos;
- c) Que os pais se envolvam em todo o sistema educacional canadiano e acompanhem a educação dos seus filhos;
- d) Que se apoiem as comissões de pais e a sua criação onde não existam.

PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS

- I. Que se promovam actividades culturais especificamente vocacionadas para a juventude;
- 11. Que se instituam intercâmbios culturais incluindo cidadãos canadianos de origem não- lusófona;
- III.Que as "Semanas de Portugal" e outras festividades realcem actividades de índole literária;
- IV.Que se promovam conferências, visitas e cursos por escritores, professores, catedráticos etc..

 Menos fado, menos danças, menos folclore.